

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 14¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

12 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 13)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 7 (sete) novas informações, dentre elas, relativa ao fato de que o relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, com duas emendas saneadoras.
- No “item 3 – Situação atual que se encontra”
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações dos dia 10 e 11/5.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 12 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje, pois são apresentadas as atividades agendadas atualizadas (12 de maio).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda

O relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, **com as duas emendas saneadoras abaixo:**

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

Suprima-se a expressão "a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive", do inciso XVI, do art. 37, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02

Suprima-se a alínea “d”, do inciso VI, do art. 84, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020.

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Informação 02 – Audiência Pública para debater a PEC 32/2020 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

10/05/2021 - 08:03

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realiza nesta segunda-feira (10) e terça (11) um seminário para discutir a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). - [Assista pelo YouTube](#)

O debate foi proposto pelos deputados do PT Rogério Correia (MG), Vicentinho (SP), Erika Kokay (DF), Carlos Veras (PE), Leonardo Monteiro (MG), Marcon (RS) e Zé Carlos (MA).

[Confira a lista de participantes.](#)

O seminário aconteceu no plenário 12, a partir das 9 horas. Será possível [participar pela internet](#). O evento continuou nesta terça-feira (11).

Proposta

A [PEC 32/20](#) foi enviada à Câmara pelo governo federal para alterar dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- [Entenda a reforma administrativa do governo](#)

Atualmente, a Comissão de Constituição e Justiça analisa a admissibilidade da proposta.

Segue abaixo o link da atividade ocorrida na terça-feira (dia 11 de maio):

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61206>

Da Redação - CL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>

Informação 03 – Reforma administrativa transforma o Estado e não atinge atuais servidores, afirma Guedes à CCJ

Deputados apontam que proposta não acaba com privilégios e abre espaço para indicações políticas

11/05/2021 - 18:32

Paulo Guedes considera a proposta "bastante moderada"

Uma proposta "bastante moderada, que não atinge os atuais servidores, transforma o Estado e busca digitalização, eficiência, descentralização dos recursos e meritocracia nas carreiras". Foi assim que o ministro da Economia, Paulo Guedes, definiu a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) enviada pelo Executivo ao Congresso, em audiência promovida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) nesta terça-feira (11).

Entre outros pontos, a reforma administrativa proposta pelo governo restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição dos cargos típicos de Estado.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Direitos adquiridos

Segundo Paulo Guedes, a primeira “pedra fundamental” da reforma administrativa é que ela não atinge direitos adquiridos de servidores públicos. A segunda, de acordo com o ministro, é a ênfase na transformação do Estado. Ele também disse que a “palavra-chave” da reforma é a qualidade dos serviços públicos.

“Nós precisamos da digitalização, da maior eficiência, da descentralização dos recursos e das carreiras meritocráticas. Não é porque o jovem fez um concurso que aos 19 ou 20 anos já tem um salário apenas 20% abaixo de quem vai estar no topo da carreira, 20 anos depois. E nem adquiriu estabilidade de emprego antes de ser avaliado pelos superiores hierárquicos e pela própria prestação de serviço”, explicou.

Paulo Guedes também comparou servidores do Brasil aos de outros países.

“Vejam o servidor na Noruega, na Suécia: ele anda de metrô, às vezes de bicicleta. Ele não tem 20 automóveis, mais 50 servidores, mais 30 assessores. É algo sempre bem modesto. Não é uma corte. O foco tem que ser a qualidade do serviço público, o atendimento à população”, disse Guedes.

Respondendo a perguntas dos deputados, o ministro afirmou que “caiu nessa” de combinar algumas reformas, achando que elas seriam aprovadas em determinado tempo, mas que não faz mais essa previsão pois respeita o “timing da política”.

Também afirmou que foi um erro ter “deixado a entender que o parasita pudesse ser o funcionário”, e que quando usou o termo “parasita”, na verdade se referia a qualquer ente da administração pública que consuma todos os seus recursos para se “alimentar”.

Clientelismo e "trem da alegria"

A deputada [Fernanda Melchionna \(Psol-RS\)](#) afirmou que a reforma não ataca privilégios e traz de volta o clientelismo e o patrimonialismo.

“Eu desconheço servidor público de carreira que tenha 20 carros. Se for para atacar privilégio, vamos começar cortando os salários, pela metade, dos ministros e deputados federais. Eu topo. Teu governo topa? Aliás, tenho projeto nesse sentido, mas teu governo não quer aprovar aqui na Câmara dos Deputados”, rebateu a deputada.

O deputado [Gervásio Maia \(PSB-PB\)](#) citou a criação dos “cargos de liderança e assessoramento”, prevista na proposta, que poderão permitir que funções atualmente ocupadas por servidores efetivos sejam exercidas por indicações políticas.

"Se a PEC 32 for aprovada — abram bem os ouvidos —, os políticos vão poder participar dessas indicações. Isso foi feito dessa forma para evitar interferência política, para garantir a

qualificação daqueles que já estão ocupando aquelas funções. Vai ser a volta do verdadeiro trem da alegria. Então, muda, ministro! Vamos falar a verdade!”, pediu.

A favor

O relator da reforma administrativa na CCJ, deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), que deve apresentar seu parecer na próxima semana, voltou a se posicionar favoravelmente ao texto.

"Nós estamos finalizando o relatório da PEC 32 e, pela análise que nós estamos fazendo com a equipe técnica, ela tem fundamento legal porque não fere cláusulas pétreas. A PEC não atinge direitos adquiridos dos atuais servidores. Se tiver dúvida, nós com certeza vamos clarear isso na comissão especial que trata do mérito."

Tramitação

Depois de passar pela CCJ, a reforma administrativa ainda precisará ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar - Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/757837-reforma-administrativa-transforma-o-estado-e-nao>)

Informação 04 – Reforma administrativa: Nem governo nem servidores têm maioria no Congresso

Reforma administrativa: Nem governo nem servidores têm maioria no Congresso

Publicado em 10/05/2021 - 07:27 Vera Batista – BLOG Servidor

O “Reformômetro”, plataforma que mede a temperatura na Câmara e no Senado, aponta que os apoiadores da PEC 32/2020 são apenas 38% dos deputados (195 parlamentares) e 29,7% dos senadores (24). E não os 360, na Câmara, como apostam os aliados do Planalto

A soma de 360 votos, nos cálculos do relator da PEC 32/2020, deputado Darci Matos (PSD-SC), é fictícia, segundo os servidores. Pelos corredores, a briga é pelos indecisos, que são 38,2% (196) e 60,4% (49), contabilizadas as duas Casas. Entre os analistas, parte concorda com Darci de Matos e parte aposta em 2022, ou muito depois. Até o relator já admitiu que, se for para 2022, ano eleitoral, provavelmente a discussão será postergada para o segundo mandato do presidente Jair Bolsonaro ou para o seu eventual sucessor.

“Essa reforma que está aí não vai passar. Até mesmo quem ajudou a criar o texto já está discordando do conteúdo”, disse Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). Ele se refere a informações divulgadas por vários economistas liberais que defendem alterações no serviço público, mas que demonstraram insatisfação com a PEC 32/20. As críticas vieram dos economistas Ana Carla Abrão, Armínio Fraga e Carlos Ari Sandfeld. Eles iniciam um texto perguntando: “Qual reforma administrativa pode mudar o Brasil?”. E apontam: “O governo está propondo inchar a Constituição, com mais e mais normas sobre RH. Nenhuma de efeito presente. Algumas de aprovação quase impossível”.

Diante da inabilidade do governo, aponta o cientista político Jorge Mizael, diretor da Consultoria Metapolítica, “há muita cautela”, nas conversas de corredores pelo Parlamento. “Cada passo é calculado para que as informações não vazem. A estratégia dos servidores de todas as esferas é manter o foco nas CPIs da Covid, das Fake News e do desmatamento – articulada pelo deputado Marcelo Freixo (Psol-RJ), assuntos polêmicos que não sairão de pauta até o final do ano”, explica. A decisão, segundo ele, está na mão de uma única pessoa: do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo fontes do próprio governo, até Lira já abriu mão da reforma administrativa porque foi alertado sobre os sentimentos das bases. “O período eleitoral começou mais cedo. Mesmo quem apoiou Bolsonaro inegavelmente está de olho nos passos do ex-presidente Lula. Querendo ou não, Lula acabou sendo identificado como sinônimo de projetos sociais sérios para a erradicação da pobreza. E com a pandemia, os altos número de mortes e de desempregados e com as declarações de desprezo à ciência, o petista se transformou em um nome viável”, observou a fonte.

Imprecisões

As apostas dos aliados do governo partem de premissas erradas, dizem representantes dos servidores. “Vamos trabalhar, sim, para que os indecisos nos apoiem para a suspensão da PEC 32, explorar as divergências e garimpar voto a voto para que o governo não tenha maioria. O cálculo de que o Executivo tem 360 votos é blefe. Até porque essa reforma não é do Planalto nem do Congresso. É dos neoliberais: empresários e mercado financeiro. Dos 513 deputados, esse grupo deve ter 40%, ou aproximadamente 205 parlamentares”, diz Vladimir Nepomuceno, assessor de entidades sindicais e diretor da Insight Assessoria Parlamentar.

FONTE: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/reforma-administrativa-nem-governo-nem-servidores-tem-maioria-no-congresso/>

Informação 05 – Maria do Rosário detona fala de Guedes na CCJ sobre PEC 32: ‘Estado mínimo para pobre, máximo para os ricos’

Deputada do PT argumentou que a proposta apresentada por Bolsonaro é inconstitucional. Antes mesmo de que todos os 38 parlamentares pudessem perguntar, o ministro foi embora. “De que tem medo, Paulo Guedes?”, indagou Maria do Rosário

11 de maio de 2021, 14:12 h Atualizado em 11 de maio de 2021, 15:07

247 - Na manhã desta terça-feira (11), o Ministro da Economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, compareceu à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para debater a Proposta de Emenda Constitucional 32, da Reforma Administrativa, apresentada pelo Governo Bolsonaro.

Primeira deputada do PT a falar, Maria do Rosário afirmou a inconstitucionalidade da PEC, uma vez que fere cláusulas pétreas da Constituição Federal e atinge em profundidade os serviços públicos no Brasil que são essenciais à população brasileira. “Não se pode separar serviço público de desenvolvimento em um país com tanta desigualdade social em nome do mercado”, criticou a deputada, que coordena a bancada do PT na CCJ.

Segundo a deputada, a PEC tem a intenção de obter poderes que a Constituição Federal não confere aos governos. Para a parlamentar, Guedes não apresentou a proposta como ela é de fato, um evidente desmonte atual do serviço público e a entrega de fatias do estado para os interesses do mercado. “Querem superpoderes para destruir órgãos públicos, privatizar, fazer o que não lhes é permitido pela Constituição Federal, é uma análise neoliberal, para um país que

precisa de serviços, empregos, salários, e que tem milhares de servidores na linha de frente da Covid, na educação, e que recebem, não raro, cerca de 2 mil reais por mês”, argumentou.

Autora de um dos requerimentos que levou o ministro à Câmara junto com o Deputado Rui Falcão (PT-SP), Maria do Rosário corrigiu Paulo Guedes quando o ministro comparou o peso do serviço público de países como a Noruega, Suécia e outros, em que os percentuais são muito mais elevados, chegando a um terço do total de trabalhadores, enquanto no Brasil é de 12%.

“Que bom os trabalhadores daqueles países poderem andar de metrô, mas infelizmente os nossos servidores, nossas professoras, não têm muitas vezes dinheiro para pegar um ônibus, para pagar a luz e comprar o gás, porque ganham muito pouco, diferente daqueles países em que os salários lhes dão condições dignas de vida”, comparou.

A deputada gaúcha destacou ainda que com o uso de estratégia discursiva baseada em falácias se tenta vender um projeto alinhado ao conceito de necropolítica, que deixou de investir no SUS, e que atinge cláusulas pétreas da Constituição que só poderiam ser alteradas por constituintes originários. Finalizou ressaltando que a bancada votará contra a admissibilidade desta matéria, e que os serviços públicos do Brasil resistem “apesar de você”, aludindo à música de Chico Buarque. “O Brasil não pode ser o estado mínimo para os pobres e o estado máximo para o mercado”, finalizou.

Antes de que todos os 38 parlamentares presentes na Comissão pudessem fazer suas perguntas, o ministro foi embora. "Escutou apenas 10, e não respondeu nada. De que tem medo, Paulo Guedes?", perguntou Maria do Rosário pelo Twitter, afirmando que o ministro "fugiu da CCJ".

Fonte: <https://www.brasil247.com/poder/maria-do-rosario-detona-fala-de-guedes-na-ccj-sobre-pec-32-estado-minimo-para-pobre-maximo-para-os-ricos>

Informação 06 – Seminário da Comissão de Trabalho sobre reforma administrativa continua nesta terça-feira

Seminário começou nesta segunda-feira

10/05/2021 - 11:21

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados continua, nesta terça-feira (11), o seminário para discutir a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). O evento teve início nesta segunda-feira (10).

O debate acontece no plenário 12, às 9 horas, e será possível [participar pela internet](#).

O tema da mesa serão as "Prerrogativas do Executivo e do Legislativo na organização administrativa do Estado e o impacto das reformas nas políticas de proteção social, educação e saúde".

O mediador será o deputado Rogério Correia (PT-MG) e os debatedores confirmados são:

- a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal Rosilene Correa; e
- o empresário e escritor Eduardo Moreira;

Também foram convidados o ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia Paulo Uebel e um representante do governo.

O seminário foi proposto pelos deputados do PT Rogério Correia (MG), Vicentinho (SP), Erika Kokay (DF), Carlos Veras (PE), Leonardo Monteiro (MG), Marcon (RS) e Zé Carlos (MA); e pela deputada Flávia Morais (PDT-GO).

Da Redação - CL

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/756610-seminario-da-comissao-de-trabalho-sobre-reforma-administrativa-continua-nesta-terca-feira/>)

Informação 07 – Pressão de base bolsonarista e servidores empurra reforma administrativa para 2023

FOLHA DE S.PAULO- 10 de maio de 2021

Pressão de base bolsonarista e servidores empurra reforma administrativa para 2023

A pressão da base de Jair Bolsonaro (sem partido) ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023. Deputados aliados do presidente se alinharam ao lobby dos servidores e querem evitar desgastes políticos a um ano das eleições.

Com isso, as mudanças nas carreiras do funcionalismo —uma das principais bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia) desde o início do governo, em 2019— corre, mais uma vez, o risco de subir no telhado.

Deputados que vieram da carreira pública, em especial da segurança pública —como policiais civis, militares e federais—, procuradores e defensores públicos temem dar andamento à reforma.

Soma-se ainda a esse cenário a resistência de congressistas da oposição.

Esse movimento será um dos principais entraves para o cumprimento do calendário de tramitação planejado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parlamentar, que também é líder do centrão, tem pressa e prevê a entrega da reforma ao Senado em julho.

O cronograma do aliado de Bolsonaro e Guedes, no entanto, enfrenta obstáculos. Congressistas ligados a servidores anteveem disputas e dizem que esse prazo só será alcançado se o presidente avançar como um trator.

Um dos compromissos firmados com base, oposição e governo, por exemplo, é a realização de audiências públicas até a sexta-feira (14) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

"É importante que, a partir daí, aquele colegiado [CCJ] libere a votação, porque ela não fere a Constituição, e aí ela estará pronta para o plenário", disse Lira em entrevista na manhã desta segunda-feira (10) à Rádio Bandeirantes.

"Em um mês e meio depois de liberada da CCJ, a gente entrega a [reforma] administrativa para o Senado", afirmou.

A vontade de Lira, porém, esbarra até nas avaliações de bolsonaristas. Presidente da CCJ, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) disse que este tipo de pauta é mais viável no início de um governo.

No primeiro ano de mandato, o time de Guedes tentou apresentar uma reforma, mas adiou a entrega. A PEC (proposta de emenda à Constituição) com as mudanças chegou ao Congresso apenas em setembro de 2020.

"A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado", disse Bia Kicis à Folha. Para ela, é melhor deixar a tramitação para 2023.

Em 22 de fevereiro deste ano, Lira chegou a escrever em uma rede social que esperava que a reforma administrativa fosse aprovada pelos deputados em plenário até o fim do primeiro trimestre.

A proposta proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Em fevereiro deste ano, ao listar suas prioridades no Congresso, Bolsonaro incluiu a chamada PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa.

Agora, se a admissibilidade da PEC for votada na CCJ nesta sexta, dia da última audiência, seria possível instalar a comissão especial na próxima semana, de acordo com deputados que acompanham a tramitação.

No entanto, como a votação só deve ocorrer na próxima semana, o mais provável é que o texto só comece a ter o mérito apreciado no fim de maio.

Após sair da comissão especial, a PEC é apreciada em plenário em dois turnos. O texto precisa obter o apoio de ao menos 308 deputados em cada uma das votações. Só depois é que irá para o Senado, onde haverá dois turnos e serão necessários 49 votos para ser aprovada.

Apesar do otimismo de Lira, há poucas chances de a PEC chegar ao Senado até julho. Expectativas de quem acompanha as discussões preveem debates na comissão especial até meados de agosto, pelo menos.

Esse processo já promete polêmicas. À Rádio Bandeirantes Lira disse, por exemplo, que era preciso tratar da revisão de penduricalhos e supersalários, que, segundo ele, são questões recorrentemente cobradas na Câmara e deverão ser analisadas com a reforma administrativa.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) contestou Lira. Segundo ele, já existem projetos sobre o tema e sobre avaliação de desempenho.

"[A PEC] Não trata de privilégios, não organiza o serviço público e não trata de qualidade. Além disso, amplia poderes de presidente, governadores, prefeitos, para um nível que só existia no Estado Novo e na ditadura militar", disse.

"Há uma obsessão por uma reforma constitucional de grande envergadura de maneira açodada", afirmou. "É um clima ruim, porque é uma reforma que precisa de debate acurado."

Batista lidera um grupo com 242 congressistas —235 deputados e 7 senadores. Segundo ele, há colegas que ainda não tiveram tempo de ler a PEC.

A ampliação do debate, defende, deve acontecer na comissão especial. Para isso, o deputado disse que a estratégia da frente é ocupar as vagas no colegiado.

Nos cálculos de Batista, a frente tem uma quantidade de votos suficientes para ser ouvida no debate e evitar uma discussão atropelada. A ideia é que as conversas durem pelo menos três meses no órgão que vai analisar o mérito da PEC.

Para viabilizar o debate na comissão especial, a ideia de deputados que defendem a reforma administrativa é focar a comunicação na melhoria dos serviços públicos em vez de atacar supostos privilégios de categorias.

Esses congressistas tentarão, assim, evitar episódios como o protagonizado por Guedes no início de 2020, quando o ministro chamou funcionários públicos de parasitas.

Ainda assim, quando sair da comissão especial, a reforma vai ter dificuldades no plenário da Câmara.

Além de deputados egressos ou ligados a carreiras públicas, há ainda críticas de setores ligados à segurança pública e a própria oposição, que soma cerca de 120 deputados. Batista, por exemplo, quer diálogo com a bancada da bala.

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/pressao-de-base-bolsonarista-e-servidores-empurra-reforma-administrativa-para-2023.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO
Aguardando votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC > ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras.
Chegou à comissão em: 09/02/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

REGIME DE TRAMITAÇÃO
Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 04/05/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 29/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 29/04/2021
Ricardo Barros (PP-PR)
- 29/04/2021
Professor Israel Batista (PV-DF)

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 10/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada, com a presença dos seguintes convidados, em virtude da aprovação dos respectivos requerimentos:
 - 1.- SR. CHRISTOPHER VALENTE Vice- presidente da APCN – Associação da Polícia do Congresso Nacional REQ 108/2021 Darci de Matos (PSD/SC)
 - 2.- SRA. ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA Coordenadora Institucional da ANDEPS – Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais REQ 13/2021 CCJC Erika Kokay (PT/DF) REQ 27/2021 CCJC Maria do Rosário (PT/RS)
 - 3.- SR. CORONEL BOMBEIRO MILITAR EDGARD ESTEVO DA SILVA Comandante Geral do CBMMG e Presidente do LIGABOM - Conselho dos Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
 - 4.- SR. JOÃO LUIZ PEREIRA RODRIGUES Diretor da FENASSE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo REQ 22/2021 CCJC Delegado Pablo (PSL/AM) REQ 61/2021 CCJC Lincoln Portela (PL/MG)
 - 5.- SR. SERGIO RONALDO Secretário-Geral da CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal REQ 13/2021 CCJC Erika Kokay (PT/DF)
 - 6.- SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR Presidente da CONACATE – Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado REQ 49/2021 CCJC Orlando Silva (PCdoB/SP) REQ 69/2021 CCJC Gervásio Maia (PSB/PB)
- **Data:**

11/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, com a presença do o Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES, em virtude de aprovação dos seguintes Requerimentos:

Requerimento nº 24/2021 (Dep. Rui Falcão), Requerimento nº 26/2021 (Dep. Darci de Matos) e Requerimento nº 38/2021 (Dep. Gilson Marques).

- Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Darci de Matos (PSD/SC). **Inteiro teor** ([link do parecer](#))
- Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras. **Inteiro teor** ([link do parecer](#))

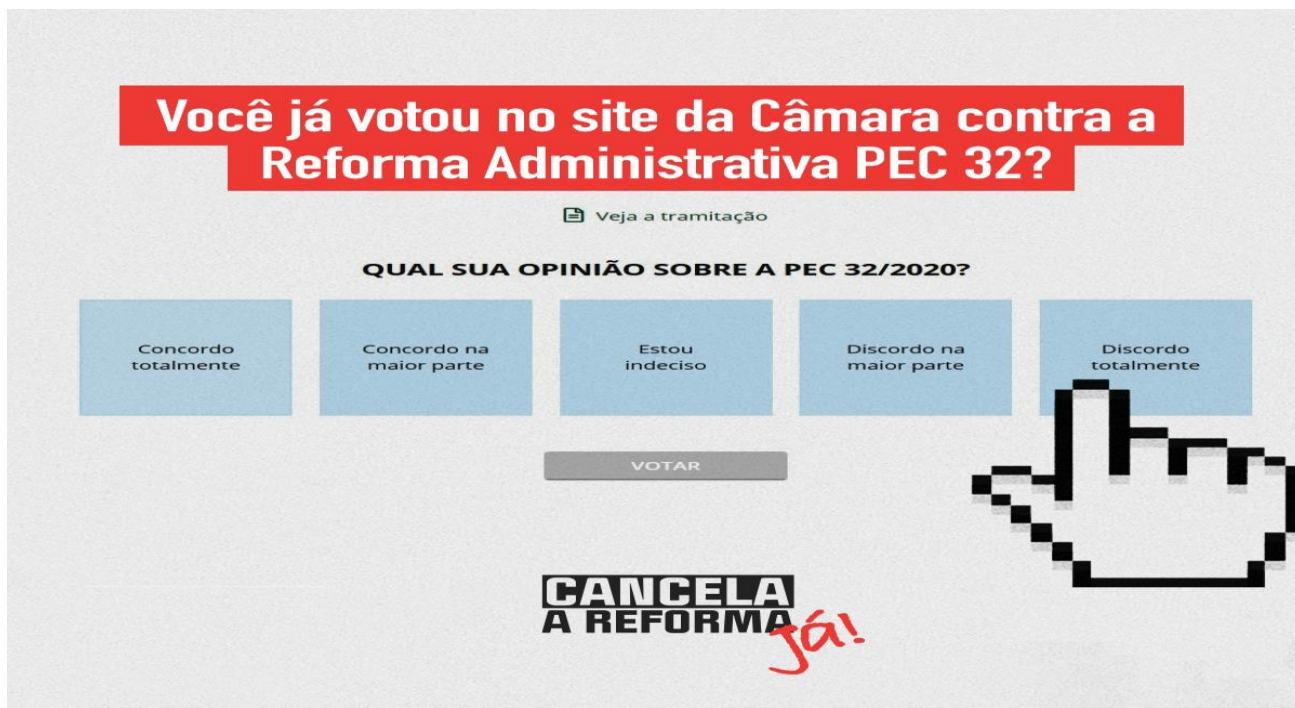
- Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website for PEC 32/2020. The main heading is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020" with an "OPINE" button. Below this, there are options for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section provides a summary: "A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais". The "AUTOR" is listed as "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" is "Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de". On the right side, there is a "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" section with a "Vote na enquete" button. A notification box says "Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?" with a "PREFIRO ESTA VERSÃO" button and a link to "Versão anterior desta ficha". At the bottom, there is a "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" section with "VIII TAMBÉM". The browser address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083".

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 12 de maio

ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

The screenshot shows a web browser window with the URL www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc. The page is titled "AGENDA" and "REUNIÕES ANTERIORES".

AGENDA
HOJE quarta-feira, 12 de maio

09h00 **Discussão e Votação de Propostas** convocada
Reunião Deliberativa
Anexo II, Plenário 01

Agenda completa →

REUNIÕES ANTERIORES
Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões. Encontrar Ferramentas

MAIO 2021

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 12/05/2021 Data final: 12/05/2021

BUSCAR

8 – Agenda do dia de hoje

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

12/05/2021 às 09h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS 10